



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Adjunta de Licitação
Gestão 2025/2028

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO Nº ____/2026/FMASCO/TO

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA INSTALAÇÃO E MONTAGEM EM REGIME COMODATO E MONITORAMENTO, E DEMAIS SE FIZEREM NECESSÁRIO PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE ALARME E CFTV, PARA O MONITORAMENTO E GRAVAÇÃO DAS IMAGENS, INCLUINDO O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COM A AQUISIÇÃO DA INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA E MANUTENÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SENSOR DE ALARME DE PORTA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, QUE FAZEM ENTRE SI, O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE COLINAS DO TOCANTINS/TO E A EMPRESA -

CONTRATO Nº ____/2026/FMASCO/TO.
Processo Administrativo Nº8254/2025/PMCO/TO.
Pregão Eletrônico SRP Nº028/2025/PMCO/TO.
Contrato regido pela Lei Nº14.133/2021 e Decreto Municipal Nº007/2024.

Pelo presente instrumento firmado por um lado o **MUNICÍPIO DE COLINAS DO TOCANTINS, ESTADO DO TOCANTINS, TENDO COMO INTERVENIENTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro nesta Cidade, inscrita no CNPJ sob nº. 12.366.625/0001-50, com endereço na Rua 03, nº1755, Centro, Colinas do Tocantins – TO, representada por sua atual Gestora a senhora representada por sua atual Gestora a senhora **VALDIRENE PEREIRA LOPES**, brasileira, inscrita no CPF Nº 893.506.851-09, portadora RG Nº. 203.211 SSP-TO, residente e domiciliada na Avenida Filadelfia, Nº 296, Setor Centro, Colinas do Tocantins/TO — CEP: 77.760-000, doravante designada CONTRANTE, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Nº8254/2025/PMCO/TO, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico SRP Nº028/2025/PMCO/TO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL– Inciso III, art.92 da Lei 14.133/2021)

1.1. O presente Contrato decorre da adjudicação do Pregão Eletrônico SRP Nº028/2025/PMCO/TO, referente ao Processo Administrativo Nº8254/2025/PMCO/TO, na forma da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO e do Ato de Homologação da autoridade competente, constante nos autos e conforme, tudo que consta nos autos do Processo Administrativo, do qual passa a fazer parte integrante este Contrato.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Adjunta de Licitação
Gestão 2025/2028

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO (Inciso I, art.92 da Lei 14.133/2021)

2.1. Constitui objeto do presente contrato, a prestação de serviços de locação de equipamentos para instalação e montagem em regime COMODATO e monitoramento, e demais se fizerem necessário para instalação do sistema de Alarme e CFTV, para o monitoramento e gravação das imagens, incluindo o serviço de instalação dos equipamentos com a aquisição da infraestrutura necessária e manutenção, fornecimento e instalação de sistema de sensor de alarme de porta, em atendimento às necessidades do Fundo Municipal Assistência Social, nas condições estabelecidas neste e no Termo de Referência parte integrante deste contrato e conforme, preço, quantitativo e especificações constantes na CLAUSULA TERCEIRA.

São anexos a este Contrato e vinculam esta contratação, independente de transcrição: (Inciso II, art.92 da Lei 14.133/2021)

2.2.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

2.2.2. O Edital de Licitação;

2.2.3. A Proposta de Preço da Contratada;

2.2.4. Eventuais anexos e documentos presentes no Processo referente ao Pregão Eletrônico SRP Nº028/2025/PMCO/TO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DESTES CONTRATO, DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. (Incisos V e VIII, art.92 da Lei 14.133/2021)

3.1. Do valor Total deste Contrato

3.1.1. O valor total deste Contrato é de **R\$ XXXXX (XXXXXXXXXXXXXX)**, em conformidade com a Proposta de Preços da CONTRATADA, constante nos autos do Processo Administrativo.

3.2. Do Preço e das especificações dos Serviços

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1					
...					

3.2.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato.

3.3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas oriundas do objeto desta licitação ocorrerão por conta dos recursos orçamentários previstos no Orçamento Programa de 2026, obedecendo a seguinte classificação:

Gestão	Código da Unidade	Código Orçamentário	Projeto de Atividade	Elemento de Despesa	Ficha	Fonte



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Adjunta de Licitação
Gestão 2025/2028

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO (Inciso V, art.92 da Lei 14.133/2021)

4.1. O pagamento pela efetiva prestação dos serviços objeto deste Contrato será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, à **CONTRATADA**, através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se os artigos 59 e 60 do Decreto Nº 07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº 14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO).

4.1.1. O pagamento será feito em favor da Contratada através de ordem ou transferência bancária em sua conta corrente e será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a Nota Fiscal que deverá ser o mesmo cadastro do processo de contratação.

4.2. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

4.3. A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no caput, só iniciar-se-á após a aceitação dos serviços prestados pelo fiscal do Contrato cumprimento pela Contratada de todas as condições pactuadas.

4.4. Para execução do pagamento, **CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Fundo Municipal de Assistência Social, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

4.4.1. A Nota Fiscal emitida pela Contratada deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do Nº do Processo, Nº da Pregão Eletrônico e Nº do Contrato, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e fornecimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

4.4.2. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a Nota Fiscal que deverá ser o mesmo cadastro do processo de contratação.

4.4.3. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de certidões que comprovem a regularidade fiscal da **CONTRATADA** em âmbito Federal, Estadual e Municipal, Justiça do Trabalho, além da Certidão que comprovem regularidade de contribuições relativas ao FGTS.

4.5. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que, o mesmo, providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Colinas do Tocantins/TO.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Adjunta de Licitação
Gestão 2025/2028

4.6. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

4.7. O Fundo Municipal de Assistência Social de Colinas do Tocantins/TO, poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **CONTRATADA** caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

4.7.1. A **CONTRATADA** deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo Fiscal de Contrato.

4.7.2. Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CONTRATADA** atenda à cláusula infringida.

4.7.3. A **CONTRATADA** retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Fundo Municipal de Assistência Social de Colinas do Tocantins/TO.

4.7.4. Débito da **CONTRATADA** para com o Fundo Municipal de Assistência Social de Colinas do Tocantins/TO, quer proveniente da execução do objeto deste Contrato, quer de obrigações de outros contratos.

4.7.5. Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração os demais itens e obrigações estabelecidas neste Contrato.

4.8. Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Fundo Municipal de Assistência Social de Colinas do Tocantins/TO de acordo com o índice de variação INPC do mês anterior ao do pagamento "*pro rata tempore*", ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

4.9. Na hipótese de o pagamento não ocorrer dentro do prazo previsto neste Contrato e a contratada não ter concorrido para a perda do prazo, deverá ser priorizado, observada a ordem cronológica das datas das demais exigibilidades pendentes de pagamento, conforme previsto no § 2º do art. 59 do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO.

4.10. Fica vedada qualquer pretensão de pagamento antecipado, parcial ou total, relativo à prestação dos serviços objeto deste Contrato, conforme preconiza o art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

4.11. O Município de Colinas do Tocantins, estado do Tocantins, tendo como interveniente a secretaria municipal de Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social,



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Adjunta de Licitação
Gestão 2025/2028

reservam-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, for observado que os serviços prestados não estão de acordo com as especificações apresentadas e aceitas, aplicando-se ainda as penalidades cabíveis.

4.12. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência;

4.13. Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais/Faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, com as informações que motivaram sua rejeição, para as necessárias correções, contando-se o prazo para pagamento, a sua reapresentação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES E DO REAJUSTE (Incisos V, art.92 da Lei 14.133/2021)

5.1. Do Reajuste

5.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, o qual ocorreu em 26/11/2025, **conforme art. 69 do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei Nº14.133/2021.**

5.1.1.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. (§ 1º do art. 68 do Decreto Municipal Nº007 de 31 de janeiro de 2024)

5.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajustamento ocorrido.

5.1.1.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o índice (s) definitivo (s).

5.1.1.4. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

5.1.1.5. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

5.1.1.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.

5.1.1.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

5.2. Das Alterações Contratuais

5.2.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Adjunta de Licitação
Gestão 2025/2028

5.2.2. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 124 da Lei 14.133/2021, vedada a modificação do objeto.

5.2.2.1. Havendo a necessidade da CONTRATANTE, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme o art.125 da Lei 14.133/2021.

5.2.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA – DA MEDIÇÃO (Inciso VI, art.92 da Lei 14.133/2021)

6.1. Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, serão pagos somente o que efetivamente foram fornecidos, até o 30º (trigésimo) dia, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento, do mesmo dos produtos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO SISTEMA DE MONITORAMENTO

7.1. CFTV – CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO

7.1.1. Fornecimento e instalação da infraestrutura necessária ao funcionamento da Solução Tecnológica de Circuito Fechado de TV (CFTV); incluindo eletrodutos, pontos de rede e elétricos, cabos, fios, tomadas, conectores, caixas de passagem, abraçadeiras e todo material que se fizer necessário ao pleno e corre funcionamento do sistema, mesmo que não esteja descrito neste documento.

7.1.2. Treinamento de usuários para operação do Sistema de CFTV, juntamente com a elaboração e implantação de um Plano de Segurança, coordenando assim visualização das câmeras essenciais.

7.1.3. Fornecimento do Memorial Descritivo como construído (“As Built”) da solução instalada.

7.1.4. Descrição dos equipamentos/serviços incluídos na Solução Tecnológica do Circuito Fechado de TV (CFTV), que consiste na instalação de câmeras com tecnologia digital do tipo indoor/outdoor para captação de imagens, visualização e gravação em equipamento local com possibilidade de monitoramento remoto fornecimento de servidores de bancos de dados, em como software para gerenciamento das imagens.

7.1.5. Ressaltamos que não será permitido o reaproveitamento do cabeamento existente.

7.2. LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CÂMERAS FIXAS TIPO BULLET

7.2.1. Deverão possuir resolução mínima de 1280x720 (1 Megapixels), com infravermelho, possuir grau mínimo de proteção IP 66/67, instaladas na fachada da edificação.

7.2.2.Características mínimas:



7.2.2.1. Deverão ser oferecidas para locação e instaladas **câmeras tipo “bullet”** com capacidade de alcance de detalhes (reconhecimento) de imagem até 30 (trinta) metros do local instalação;

7.2.2.2. Para garantir a plena compatibilidade do sistema e aproveitamento máximo dos recursos disponíveis, os pontos de monitoramento e servidores de gravação deverão ser mesma marca, modelo e versão, sendo desclassificada a empresa que não apresentar a proposta nestas condições;

7.2.2.3. Câmera com tecnologia HD “High Definition” (Alta Definição) - HDTVI - “High Definition Transport Video Interface” (ou Interface de Transporte de Vídeo em Alta Definição) ou HDCVI significa “High Definition Composite Video Interface” (ou Interface Composta de Vídeo de Alta Definição) para vídeo monitoramento;

7.2.2.4. Deverão possuir tecnologia infravermelha, conservando o nível ideal de iluminação do ambiente;

7.2.2.5. Detecção de Movimento;

7.2.2.6. Deverão ser fornecidas com suporte de fixação em poste ou parede e todos os adaptadores necessários;

7.2.2.7. Deverão possuir sistema Digital Wide Dynamic Range (D-WDR) para possibilitar imagens nítidas em cenas de alto contraste de iluminação;

7.2.2.8. Sensibilidade a luz – mínimo de 0,001 LUX;

7.2.2.9. Quando for o caso conforme descrito no Anexo I deste termo, a câmera deverá possuir grade de proteção antivandalismo, feita em aço galvanizado super reforçado resistente, com pintura epóxi.

7.3. SERVIDOR DE GRAVAÇÃO DVR – DIGITAL VÍDEO RECORDER

7.3.1. Deverá ser oferecido para locação e instalado com a gravação de 16 canais, com tecnologia HD com as seguintes características mínimas:

7.3.1.1. Possuir sistema inteligente de monitoramento;

7.3.1.2. Possuir marca d'água que assegura autenticidade dos vídeos gravados;

7.3.1.3. Possuir sistema icloud;

7.3.1.4. Possuir sistema pentaflex;

7.3.1.5. Possuir compressão de vídeo H 265 + para proporcionar maior potencial armazenamento;

7.3.1.6. Possuir sistema próprio para acesso remoto;

7.3.1.7. Possuir sistema de gravação com resolução em HD;

7.3.1.8. Possuir tecnologia mult HD compatível com todos os produtos do CFTV;

7.3.1.9. Suportar entrada de vídeo HD ou HDTVI, HDCVI;



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Adjunta de Licitação
Gestão 2025/2028

- 7.6.3.1.10. Possuir saídas de vídeo VGA com resolução de até 1080p e HDMI com resolução de até 4k;
- 7.6.3.1.11. Reprodução em tempo real;
- 7.6.3.1.12. Gravação de vídeo de no mínimo 720p;
- 7.6.3.1.13. Resolução mínima 1280x720;
- 7.6.3.1.14. **HD:** Com capacidade mínima para gravação de 20 dias de imagens e demanda de 2 (dois) terabytes em cada DVR;
- 7.6.3.1.15. **Cabeamento:** coaxial RG59, RG 6 ou 4 mm com 95% de malha de cobre, UTP CAT 5e com balun;
- 7.6.3.1.16. **Conversor:** Conversor de vídeo de 16 canais (Power Balun). Deve ser compatível com as tecnologias HD, HDTV ou HDCVI; transmissão de vídeo de no mínimo, 300 e permitir montagem em rack;
- 7.6.3.1.17. O DVR e as câmeras deverão ser obrigatoriamente da mesma marca de fabricação;
- 7.6.3.1.18. O DVR deverá ser acompanhado de um equipamento de proteção elétrica e estabilização de energia 100% senoidal;
- 7.6.3.1.19. Equipamento microprocessado;
- 7.6.3.1.20. Possuir display digital;
- 7.6.3.1.21. Possuir no mínimo 8 tomadas de saídas protegidas;
- 7.6.3.1.22. Possuir proteção para interface fax/modem ou internet;
- 7.6.3.1.23. Possuir porta USB;
- 7.6.3.1.24. Possuir protetor de LAN;
- 7.6.3.1.25. Permitir seleção automática da tensão de entrada: 115V, 127V, 220V;
- 7.6.3.1.26. Possuir tensão de saída de 127v/220v e potência nominal mínima de 2.400VA;
- 7.6.3.1.27. Mini Rack Desmontável padrão 19" polegadas, tamanho 8U, 470mm de parede - para acomodar toda a solução contemplando os equipamentos, servidor e/ou dvr' conversores, organizadores de cabo, painéis de comunicação e nobreak;
- 7.6.3.1.28. Dimensões externas aproximadas (LxAxP) = 550 x 421,7 x 472 mm
- 7.6.3.1.29. Possuir porta frontal com estrutura em chapa de aço SAE 1008 de espessura de 0,90 mm e visor em acrílico, e fechadura com chave;
- 7.6.3.1.30. Possuir estrutura em chapa de aço de 0,9 mm e fechamentos 0,75 mm;
- 7.6.3.1.31. Possuir acabamento com toda estrutura em aço revestida com pintura eletrostática epoxi a pó microtexturizada;
- 7.6.3.1.32. Deverá possuir abertura para cabos de aproximadamente 160x50mm;
- 7.6.3.1.33. Abertura para instalação de sistema de ventilação no teto;



- 7.6.3.1.34. Estrutura com ponto de aterramento;
- 7.6.3.1.35. Fechamento lateral com venezianas e fecho para abertura;
- 7.6.3.1.36. Compatível com as normas IEC 60297-3-100 e IEC 60297-3- 105.
- 7.6.3.1.37. Unidades de nobreak 100% senoidal.

7.6.4. SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DA SOLUÇÃO DE CFTV

7.6.4.1. Deverá ser fornecido e instalado pela CONTRATADA Software de monitoramento para circuito fechado de TV, compatível com as câmeras e gravadores de vídeo componentes do sistema e com as seguintes especificações mínimas:

7.6.4.1.1. O software deve ser disponibilizado à CONTRATANTE através de mídia óptica ou através de download em sítio eletrônico do fabricante. O software deverá ser instalado nas estações de monitoramento e deve permitir:

- 7.6.4.1.1.1. Visualizar, gravar e pesquisar imagens remotamente;
- 7.6.4.1.1.2. Reprodução sincronizada de no mínimo 16 canais na mesma tela;
- 7.6.4.1.1.3. Suportar múltiplos monitores para configurar dispositivos e buscar imagens sem deixar de realizar o monitoramento das câmeras;
- 7.6.4.1.1.4. Gerenciamento de permissões para usuários;
- 7.6.4.1.1.5. Importação e exportação de arquivos de configuração;
- 7.6.4.2. O Software deverá ser licenciado ou compatível com a recepção dos analíticos descritos nos pontos de monitoramento (câmeras) desta Ata de Registro de Preço e demais exigências do edital.
- 7.6.4.3. Possuir guia passo a passo para auxílio da configuração do sistema;
- 7.6.4.4. Possuir ferramenta para adição dos dispositivos a serem conectados;
- 7.6.4.5. Possuir ferramenta para configuração das gravações;
- 7.6.4.6. Possuir ferramenta para configuração dos parâmetros dos eventos;
- 7.6.4.7. Possuir ferramenta para gestão dos usuários;

7.6.4.8. **Permitir adição dos dispositivos através dos modos:** Detecção de dispositivos online/ Por nome de domínio / Por segmento de portas;

7.6.4.9. Permitir gravação pelos modos: Contínuo/ativação por eventos;

7.6.4.10. Permitir a detecção e gestão dos alarmes dos analíticos embarcados nas câmeras ofertadas;

7.6.4.11. Permitir envio de e-mail para os usuários no caso de notificação de alarmes acionados;

7.6.4.12. **Possuir as ações de notificação de alarmes:** Pop-up da imagem / aviso sonoro /link para PTZ / Ativação de saídas de relé dos dispositivos.

7.6.4.13. Permitir 50 ou mais cadastros de usuários;



7.6.4.14. Permitir redefinição de senha dos usuários a partir da conta do usuário administrador;

7.6.4.15. Permitir adicionar / editar / apagar usuários e as regras aplicadas a estes;

7.6.4.16. Permitir armazenamentos dos registros (logs) do sistema;

7.6.4.17. Possuir configurações de NTP;

7.6.4.18. **Possuir Ferramenta de Exibição Ao Vivo:** Imagens em tempo real das câmeras conectadas / Controle de PTZ / Grupos de visualização privados e públicos / visualização das imagens em modo cíclico / Gravação manual / Snapshot / Reprodução Instantânea / Zoom Digital / Áudio bidirecional;

7.6.4.19. **Possuir Ferramenta de Reprodução:** Reprodução das gravações contínuas e por eventos (detecção de movimento e vídeo analítico) / Reprodução síncrona e assíncrona de a 16 câmeras simultâneas/ Download de gravações por data ou arquivo / Reprodução inversa/Ajuste da velocidade da reprodução;

7.6.4.20. **Possuir ferramenta de Gestão de Alarmes:** Exibir informação dos eventos alarmados como nome, data e status / Pop-up das imagens das câmeras alarmadas;

7.6.5. MONITOR/TV DE LED 32”

7.6.5.1. Deverá ser ofertado para locação e instalado monitor para o acompanhamento das imagens nas dependências do prédio informado pelo setor requisitante, com as seguintes especificações mínimas:

7.6.5.1.1. Deve possuir painel de LED de no mínimo 32” polegadas;

7.6.5.1.2. Deve possuir relação de contraste dinâmico de no mínimo 1.000.000:1;

7.6.5.1.3. Deve possuir tempo de resposta mínimo de 5 ms;

7.6.5.1.4. Deve possuir conexão de entrada HDMI;

7.6.5.1.5. Deve possuir resolução mínima em HD;

7.6.5.1.6. Deverá possuir ângulo de visão mínimo de 90º horizontal;

7.6.5.1.7. Deverá possuir brilho de no mínimo 200 cd/m²;

7.6.5.1.8. Deve ser fornecido com cabo HDMI e caso necessário extensor de cabo HDMI para até 20 metros;

7.6.5.1.9. Deve possuir Alimentação 110-240 VAC;

7.6.5.1.10. Deverá ser fornecido com suporte/pedestal com regulagem de altura caso necessário.

7.6.6. DA INFRAESTRUTURA

7.6.6.1. Fornecimento da Infraestrutura necessária ao funcionamento da Solução Tecnológica de Circuito Fechado de TV (CFTV), incluindo o fornecimento de eletrodutos em aço galvanizado, pontos de rede, elétricos, cabos, fios, tomadas, conectores, tampas,



caixas de passagem, abraçadeiras e demais materiais acessórios que se fizerem necessários a pleno e perfeito funcionamento do sistema de CFTV.

7.6.7. TREINAMENTO DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE CFTV

7.6.7.1. Deverá ser ofertado pela CONTRATADA, um treinamento para no mínimo 02 (dois) servidores da Administração/Secretaria, objetivando o correto manuseio e operação do sistema de vídeo monitoramento. O prazo para o início da realização do curso é de até 05 (cinco) dias úteis após a conclusão da instalação do sistema de CFTV, respeitada a conveniência da administração do Município.

7.6.7.2. O treinamento deverá ser realizado nas instalações da Administração/Secretaria em local e horário a serem definidos posteriormente pelo CONTRATANTE.

7.6.7.3. O treinamento a ser ofertado pela CONTRATADA, deverá incluir a elaboração de um Plano de Segurança, objetivando elaborar uma estrutura de monitoramento que combina eficiência de forma otimizada, além disso o treinamento deverá abranger no mínimo os seguintes itens:

7.6.7.3.1. Visão geral do sistema;

7.6.7.3.2. Cadastro e alteração de usuários;

7.6.7.4. Como operar o sistema de Monitoramento:

7.6.7.4.1. Modos de operação – Equipamentos e software (inclusive remotamente);

7.6.7.4.2. Operação e configuração – Equipamentos e software;

7.6.7.4.3. Como visualizar imagens gravadas;

7.6.7.4.4. Como operar remotamente o sistema;

7.6.7.4.5. Como monitorar as imagens em tempo real;

7.6.7.4.6. Como alterar os parâmetros de gravação (inclusive remotamente);

7.6.7.4.7. Como comandar o salvamento de imagens permanentemente (para o caso de investigação de ocorrências);

7.6.7.4.8. Procedimentos a serem adotados em caso de alertas;

7.6.7.4.9. Noções de Manutenções Preventivas;

7.6.7.4.10. Aula prática.

7.6.8 SENSOR DE ALARME DE PORTA ANTIVANDALISMO

7.6.8.1. Locação, instalação e manutenção de sistema de sensor de alarme de porta antivandalismo

7.6.8.2. Fornecimento e Instalação de 2 pontos de sensores magnéticos de abertura nas portas, a ser instalado em local indicado pela CONTRATANTE;

7.6.8.3. Fornecimento de no máximo 10 pontos de sensores infravermelhos (sensor de presença), nos locais indicados pela CONTRATANTE.



7.6.8.4. Todos os sensores deverão ser instalados nas saídas de acesso informado para técnico responsável.

7.6.8.5. Em caso de arrombamento, o sistema de alarme deverá emitir sinal sonoro na sala onde estiverem instalados os monitores de vigilância e no celular de 2 (dois) servidores a serem definidos posteriormente pela CONTRATANTE.

7.6.8.6. Características mínimas:

7.6.8.6.1. Deverá ser composto de material inoxidável;

7.6.8.6.2. Deverá possuir resistência de até 2 toneladas;

7.6.8.6.3. Deverá possuir um GAP de abertura de até 50 mm.

7.6.9. SISTEMA DE ALARME

7.6.9.1. Fornecimento e instalação de Central de alarme microprocessada, tipo monitorado, com fio:

7.6.9.1.1. Possuir certificado da ANATEL;

7.6.9.1.2. Suportar arme e desarme por teclado;

7.6.9.1.3. Suportar no mínimo 18 (dezoito) zonas ou setores programáveis com ou 7.1.4. sem modulo de expansão e/ou teclados;

7.6.9.1.4. Suportar no mínimo 02 (duas) partições com ou sem módulo de expansão;

7.6.9.1.5. Suportar no mínimo 04 (quatro) teclados com ou sem módulo de expansão;

7.6.9.1.6. Suportar no mínimo 50 (cinquenta) códigos de usuários;

7.6.9.1.7. Suportar comunicação por linha telefônica;

7.6.9.1.8. Suportar detecção de corte de cabo de forma segmentada;

7.6.9.1.9. Suportar teste periódico programado em horas ou agendado por horário;

7.6.9.1.10. Capacidade de memória (Buffer) para no mínimo os últimos 256 eventos;

7.6.9.1.11. Suportar comunicação por GPRS nativo ou com modulo externo;

7.6.9.1.12. Suportar 02 SIM cards;

7.6.9.1.13. Possuir no mínimo 02 PGM na placa;

7.6.9.1.14. Deverá ser fornecida com ou sem gabinete para proteção, instalação e fixação adequada da central de alarme na parede.

7.6.9.1.15. Deverá ser fornecido módulos de expansão em quantidade necessária para conexão de apenas um sensor por zona ou setor. Não será admitido ligação de sensores e série.

7.6.10. TECLADO REMOTO

7.6.10.1. Teclado remoto LCD para controle de acesso por meio de senha pessoal de arme e desarme do sistema;



- 7.6.10.2. Permitir visualização dos status de todas as zonas e/ou partições;
- 7.6.10.3. Sensor Infravermelho Passivo (área interna)
- 7.6.10.4. Cobertura mínima de 12 (doze) metros de alcance;
- 7.6.10.5. Cobertura mínima de 80° (oitenta) graus; Possuir infravermelho pir quad;
- 7.6.10.6. Possuir compensação de temperatura;
- 7.6.10.7. Possuir imunidade a rádio frequência (RFI);
- 7.6.10.8. Possuir imunidade eletromagnética (EMI);
- 7.6.10.9. Possuir imunidade a pequenos animais, no mínimo de 20Kg;
- 7.6.10.10. Possuir ajuste de sensibilidade.

7.6.11. SENSOR INFRAVERMELHO + MICRO-ONDAS

- 7.6.11.1. Cobertura máxima de 12 metros de alcance;
- 7.6.11.2. Cobertura mínima de 90° (noventa) graus;
- 7.6.11.3. Possuir detecção de movimento DUAL TEC;
- 7.6.11.4. Sensor operar somente no modo pir;
- 7.6.11.5. Possuir imunidade a pequenos animais, no mínimo 20Kg;
- 7.6.11.6. Possuir ajuste de sensibilidade Micro-ondas;
- 7.6.11.7. Possuir imunidade RFI;
- 7.6.11.8. Possuir frequência micro-ondas 10.525 GHz.

7.6.12. SIRENE

- 7.6.12.1. Piezoelétricas;
- 7.6.12.2. Sirene com potência mínima de 100 (cem) dB;
- 7.6.12.3. Tipo corneta bitonal;
- 7.6.12.4. Alimentação de 12V DC.

7.6.13 BATERIA

- 7.6.13.1. Bateria selada;
- 7.6.13.2. Amperagem: 7,2 Ah;
- 7.6.13.3. Voltagem: 12V;
- 7.6.13.4. Mínimo 24 (vinte e quatro) horas de funcionamento sem ativação. Mínimo 6 (seis) horas com sirenes ativadas.

7.6.14. TRANSFORMADOR

- 7.6.14.1. Transformador 110 / 220V entrada e 16,5V de saída, mínimo de 1,5ª;



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Adjunta de Licitação
Gestão 2025/2028

7.6.14.2. Elaboração de “as built” de todo o Sistema instalado (CFTV, sensor de porta e pontos de sensores de alarme).

7.6.14.3. Deverá a CONTRATADA elaborar o “As Built” de todo o sistema implantado identificando os pontos das câmeras, pontos dos sensores de alarme rack.

7.6.14.4. Caberá a CONTRATADA entregar o projeto eletrológico devidamente com os sistemas indicados, com legendas específicas e localizados na planta da referida Administração/Secretaria.

7.6.14.5. Deverá apresentar uma cópia em meio digital e formato aberto e pelo menos duas cópias no formato papel, uma para a equipe de execução e outro para a equipe de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, DO LOCAL DE INSTALAÇÃO, DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO (Incisos IV e VII, art.92 da Lei 14.133/2021)

8.1. DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1.1. O objeto será solicitado, conforme a necessidade do Fundo Municipal de Assistência Social, após a assinatura deste Contrato, através da requisição/solicitação de compras/serviços devidamente assinada, com identificação respectivo servidor público municipal competente.

8.2. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.2.1. O objeto deste Contrato deverá ser entregue parceladamente pela contratada. Quando solicitado à empresa deverá atender imediatamente, mediante autorização/requisição do setor competente do Fundo Municipal de Assistência Social, sendo que a solicitação poderá ser feita, em qualquer dia da semana, devendo ser entregue, no local previamente indicado na autorização/requisição.

8.2.2. Deverá proceder à instalação dos equipamentos e à ativação do sistema de Alarme e CFTV nas unidades indicadas pela Secretaria demandante, conforme cronograma e locais definidos pela Administração Municipal, garantindo o pleno funcionamento, o monitoramento e a gravação das imagens; sob acompanhamento do servidor designado pela Secretaria Municipal Assistência Social, responsável pelo recebimento, conferência técnica e atesto das notas fiscais.

8.2.3. A Contratada estará sujeita à fiscalização dos serviços e equipamentos no momento da entrega, instalação e durante toda a vigência contratual, reservando-se ao Fundo Municipal de Assistência Social de Colinas do Tocantins, por meio dos servidores responsáveis designados, o direito de recusar o recebimento dos serviços ou equipamentos que não atendam às especificações técnicas, aos padrões de qualidade exigidos ou que apresentem condições inadequadas de funcionamento.

8.2.4. Caso os serviços ou equipamentos sejam entregues em desacordo com as especificações técnicas, quantitativos ou demais requisitos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, a Contratada deverá proceder à imediata substituição ou



complementação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da notificação formal da Contratante, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

8.2.5. O Município de Colinas do Tocantins não se obriga a contratar a totalidade dos serviços descritos neste Contrato, podendo adquiri-los de forma parcial, conforme a necessidade e conveniência da Administração, não cabendo à Contratada qualquer direito à indenização ou ressarcimento em razão dessa opção.

8.2.6. O fornecimento dar-se-á sob o regime de comodato, mediante locação de equipamentos novos, compatíveis com as especificações técnicas e em perfeitas condições de funcionamento;

8.2.7. A instalação, montagem, configuração e testes dos sistemas deverão ser executados pela contratada em todas as unidades indicadas, observando o cronograma estabelecido pela Administração;

8.2.8. O monitoramento e a manutenção preventiva e corretiva dos sistemas deverão ser prestados de forma contínua durante a vigência contratual, garantindo pleno funcionamento dos equipamentos.

8.2.9. Quaisquer divergências entre os serviços ou equipamentos entregues e as especificações estabelecidas neste Contrato, seja quanto à qualidade, quantidade ou valores, ensejarão a devolução imediata dos itens ou a rejeição dos serviços, sem que caiba à Contratada qualquer direito à indenização, ainda que o vício seja identificado após o recebimento provisório. Nesses casos, serão aplicadas as sanções administrativas cabíveis, conforme a legislação vigente e as disposições contratuais.

8.2.10. A empresa contratada do certame obriga-se a fornecer o objeto a que se refere este Contrato de acordo estritamente com as especificações descritas neste, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo, quando constatado no seu recebimento não estar em conformidade com as referidas especificações.

8.3. DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

8.3.1. Todos os equipamentos deverão ser entregues, instalados e estarem em perfeito funcionamento em até 20 (vinte) dias corridos, a partir do recebimento da solicitação/requisição ou nota de empenho, devidamente assinada, com identificação do servidor municipal competente, acompanhada da nota fiscal emitida referente ao objeto, devendo esta ser conferida e atestada por servidor competente.

8.3.2. A execução ocorrerá nas unidades administrativas do Fundo Municipal de Assistência Social de Colinas do Tocantins/TO, conforme endereços e quantidades definidos neste Contrato, nas ordens de serviço e de acordo com cronograma da Secretaria Municipal.

8.3.3. A contratada deverá garantir a logística de entrega, instalação e suporte técnico em todos os locais indicados.

8.4. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

8.4.1. **O recebimento provisório** ocorrerá mediante a entrega, instalação e montagem dos equipamentos, acompanhado de termo circunstanciado ou documento equivalente,



assinado pelo servidor designado pela Administração Municipal, para fins de verificação da conformidade dos serviços e equipamentos com as especificações deste Contrato.

8.4.2. **O recebimento definitivo** será realizado após a verificação do pleno funcionamento do sistema de Alarme e CFTV, incluindo o monitoramento e a gravação das imagens, bem como a constatação do atendimento integral às condições contratuais, mediante atesto do servidor responsável.

8.4.3. Caso os serviços ou equipamentos sejam entregues em desacordo com as especificações técnicas, quantitativos ou demais requisitos estabelecidos pela Administração Municipal, a Contratada deverá proceder à imediata substituição ou complementação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da notificação formal, sem ônus adicional para a Contratante.

8.4.4. Quaisquer divergências entre o objeto entregue e as especificações desta Ata de Registro de Preço, quanto à qualidade, quantidade ou valores, implicarão na devolução dos itens ou rejeição dos serviços, sem direito a indenização, ainda que o vício seja constatado após o recebimento provisório, aplicando-se as sanções cabíveis.

8.4.5. A empresa contratada obriga-se a fornecer o objeto em estrita conformidade com as especificações técnicas descritas nesta Ata de Registro de Preço, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição imediata de quaisquer equipamentos ou componentes que não atendam às exigências da Administração.

8.4.6. O Município de Colinas do Tocantins, estado do Tocantins, tendo como interveniente a secretaria municipal de Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social reservam-se o direito de recusar o recebimento dos serviços ou equipamentos que não apresentem condições satisfatórias, qualidade compatível ou funcionamento adequado.

8.4.7. No recebimento e aceitação dos serviços serão observadas, no que couber, as disposições contidas no **inciso I, alíneas “a” e “b” do art. 57 do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO.**

8.4.8. O Recebimento Provisório e Definitivo dos serviços, deverão ser realizados em conformidades com o previsto no **inciso I c/c alíneas “a”, “b” e “c” do inciso II do art. 58 do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO.**

8.4.9. O atraso injustificado na entrega, instalação ou ativação dos equipamentos e serviços implicará na aplicação de penalidades à Contratada, podendo ensejar advertência, multa ou rescisão unilateral do contrato, caso não seja regularizada a pendência. O prazo máximo para regularização será de 15 (quinze) dias, contados a partir da comunicação formal realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio do Fiscal do Contrato.

8.4.10. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.5. Dos Locais



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Adjunta de Licitação
Gestão 2025/2028

8.5.1. Relação dos locais para futura e eventual contratação de prestação de serviços de instalações de sistema de monitoramento, conforme a necessidade da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO.

Local	Endereço

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (Inciso XII, art.92 da Lei 14.133/2021)

9.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pela razão abaixo justificada:

9.1.1. Pela forma de pagamento que acontece somente após o recebimento definitivo do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA DESTE CONTRATO E DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

10.1. Da Vigência deste Contrato

10.1.1. O prazo de vigência deste contrato será contado a partir da data da assinatura com vigência até ____/____/____, na forma do 105 da Lei Federal Nº14.133/2021.

10.1.2. Este Contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, conforme previsão no Instrumento Convocatório e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do art.106 e art.107, da Lei 14.133/2021, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

10.1.2.1. Estar demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

10.1.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

10.1.2.3. Seja juntada justificativa de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

10.1.2.4. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

10.1.2.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

10.1.2.6. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual

10.1.2.7. A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Adjunta de Licitação
Gestão 2025/2028

10.1.2.8. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

10.1.2.9. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DESTE CONTRATO (Inciso XVIII, art.92 da Lei 14.133/2021)

11.1. Da fiscalização deste Contrato

11.1.1. A prestação dos serviços e o cumprimento do disposto neste Contrato será fiscalizado pela CONTRATANTE, por intermédio do Fundo Municipal Assistência Social/Secretaria Municipal Assistência Social, através da servidora, **Mayla Lorena Moreira Silva/Portaria nº399/2025**, designada através da Portaria Nº589, de 23 de setembro de 2024, designadas em conformidade com o **art. 15 do Anexo VIII - Agentes Públicos do Decreto Nº 07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO**, que acompanhará a execução dos serviços, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega dos mesmos, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

11.1.1.1. A entrega dos serviços e o cumprimento do disposto neste Contrato será fiscalizado pela CONTRATANTE, por intermédio do Fundo Municipal Assistência Social/Secretaria Municipal Assistência Social, através de servidor, o qual será indicado ou designado em conformidade com o art. 15 do Anexo VIII – Agentes Públicos do Decreto Nº 07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO, que acompanhará a entrega dos serviços, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega dos mesmos, notificando à Contratada a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

11.1.2. Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o CONTRATANTE e o Fiscal deste Contrato, além das competências constante **no art. 12 do Anexo VI – Gestão e Fiscalização de Contratos e das competências constantes no art. 17 do Anexo VIII – Agentes Públicos, ambos anexos do Decreto Nº 07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO**, que tenham compatibilidade com o objeto deste Contrato, cabe ainda ao Fiscal deste, as seguintes atribuições:

- a) Receber os serviços, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas neste Contrato e na proposta, principalmente quanto aos equipamentos fornecidos;
- b) Agir e decidir em nome do CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar os serviços e equipamentos fornecidos em desacordo com as especificações exigidas;
- c) Comunicar oficialmente à Contratada quanto à rejeição dos serviços e equipamentos;



- d) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre os serviços e equipamentos entregues ao qual foram solicitados;
 - e) Exigir da Contratada o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;
 - f) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela Contratada, de condições previstas neste Contrato;
 - g) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à Contratada, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste Contrato;
 - h) Solicitar a aplicação, nos termos deste Contrato, de multa(s) à Contratada;
 - i) Fiscalizar a execução do Instrumento Contratual para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato;
 - j) Realizar o recebimento provisório do objeto deste Contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais.
 - k) Atestar formalmente a execução do objeto deste Contrato, atestar as notas fiscais e as faturas, para fins de pagamento.
 - l) Informar ao gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços fornecidos pela Contratada.
 - m) Competirá ao Fiscal de Contrato dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução deste Contrato e de tudo dará ciência a Administração, de acordo com as condições constantes neste, observando-se no que couber ao fiscal, as obrigações elencadas neste Contrato, bem como as disposições constantes no **art. 12 do Anexo VI – Gestão e Fiscalização de Contratos e das competências constantes no art. 17 do Anexo VIII – Agentes Públicos, ambos anexos do Decreto Nº 07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO.**
- 11.1.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de equipamentos inadequado de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o **art. 120 da Lei nº14.133/2021.**
- 11.1.4. A fiscalização não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, a responsabilidade da Contratada em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização do Fundo Municipal Assistência Social/Secretaria Municipal Assistência Social.
- 11.1.5. A comunicação entre a Fiscalização e a Contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros acerca da aquisição do objeto.
- 11.1.6. A aceitação dos serviços e equipamentos estará condicionada à devida fiscalização pelos técnicos designados pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Não serão aceitos equipamentos ou componentes cujas condições de transporte, armazenamento ou



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Adjunta de Licitação
Gestão 2025/2028

instalação não atendam aos padrões de qualidade, segurança e conformidade estabelecidos Neste Contrato.

11.1.7. O Gerente de contrato ou pessoa designada pelo Fundo Municipal Assistência Social/Secretaria Municipal Assistência Social, deverá manter permanente fiscalização na empresa contratada para fins de acompanhamento e controle da execução do fornecimento dos serviços contratados agindo de forma proativa e preventiva, requerendo se necessário parecer de auditoria independente, sempre que houver indícios de desvios dos objetivos, não eximindo a contratada de sua plena responsabilidade de culpa ou dolo na execução dos serviços.

11.1.8. Conforme preconiza o artigo 115 da Lei nº 14.133/21, o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2 DA GESTÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

11.2.1. A gestão deste Contrato será realizada pela **Gestora deste Contrato da Administração Municipal, através da servidora Jordânia Alves de Sousa Rodrigues, designada através da Portaria Nº31, de 02 de janeiro de 2025**, a fim de exercer as funções de Gestão de Contrato, conforme segue:

11.2.2. A Gestora deste Contrato coordenará a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização deste, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais (**inciso IV do art. 16 do Anexo VIII – Agentes Públicos, ambos anexos do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO**).

11.2.3. As comunicações e determinações da Gestora deste Contrato à contratada serão feitas por escrito, admitindo-se, em caráter excepcional, comunicação verbal que deverá ser reduzida a termo

11.2.4. A Gestora deste Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (**inciso III do art. 16 do Anexo VIII – Agentes Públicos, ambos anexos do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO**).

11.2.5. A Gestora deste Contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do deste ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do Instrumento Contratual e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (**inciso II do art. 16 do Anexo VIII – Agentes Públicos, ambos anexos do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO**).

11.2.6. A Gestora deste Contrato realizará o **recebimento definitivo do objeto** deste, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais (**inciso VI do art. 16 do Anexo VIII – Agentes Públicos, ambos anexos do Decreto Nº07, de 31**



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Adjunta de Licitação
Gestão 2025/2028

de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO).

11.2.7 A Gestora deste Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o **art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (inciso VIII do art. 16 do Anexo VIII – Agentes Públicos, ambos anexos do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO).**

11.2.8. Competirá a Gestora deste Contrato, observar no que couber, as competências elencadas no **art. 12 do Anexo VI – Gestão e Fiscalização de Contratos e das competências constantes no art. 17 do Anexo VIII – Agentes Públicos, ambos anexos do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES – (Incisos XIV, XVI e XVII, art.92 da Lei 14.133/2021)

12.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste Contrato são obrigações da CONTRATADA:

12.1.1.1 Entregar o objeto de acordo com as especificações, quantidades, dentro do prazo e local estabelecidos neste Contrato.

12.1.1.2 É dever empresa contratada manter durante o período de vigência deste Contrato, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com a CONTRATANTE, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

12.1.1.3. Carregar e disponibilizar o(s) material (s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.

12.1.1.4. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE na execução deste Contrato, atendendo, com diligência, às determinações da Unidade Fiscalizadora, voltadas à regularização de faltas e correções verificadas.

12.1.1.5. Prestar o fornecimento dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

12.1.1.6. Cumprir rigorosamente com as Normas, na fabricação dos equipamentos, responsabilizando-se por quaisquer acidentes ocorridos com seus empregados, acerca de quaisquer direitos que as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem para o exercício de suas atividades profissionais, não tendo a Contratante qualquer vinculação trabalhista com os mesmos.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Adjunta de Licitação
Gestão 2025/2028

12.1.1.7. Fornecer os serviços e equipamentos em estrita conformidade com as especificações contidas neste Contrato à qual se vincula, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas.

12.1.1.8. Responsabilizar-se pela entrega e qualidade dos serviços e equipamentos, que devem estar em conformidade com as normas ambientais, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros no exercício de suas atividades, vier direta ou indiretamente, causar ou provocar a contratante e a terceiros.

12.1.1.9. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, royalties, seguros, fretes –, decorrentes do fornecimento dos serviços e equipamentos, sem qualquer ônus para Secretaria Municipal Assistência Social de Colinas do Tocantins/TO.

12.1.1.10. Comunicar, imediatamente e por escrito, o Fundo Municipal Assistência Social/Secretaria Municipal Assistência Social, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

12.1.1.11. Garantir a qualidade dos serviços e equipamentos fornecidos, de acordo com as especificações contidas neste Contrato, ficando a contratada obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, os produtos contratados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

12.1.1.12. Comunicar a Contratante, imediatamente, a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega do objeto deste Contrato.

12.1.1.13. Responder integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Colinas do Tocantins, estado do Tocantins, tendo como interveniente a secretaria municipal de Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social, ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

12.1.1.14. Executar diretamente nos termos da Legislação pertinente, os trabalhos necessários a execução do objeto de que trata esse contrato, observando sempre critérios de qualidade técnica, custos e prazos previstos.

12.1.1.15. Fornecer aos seus funcionários equipamentos de proteção individual (EPIs) e coletivos de segurança do trabalho, respeitando as normas inerentes a Segurança do Trabalho.

12.1.1.16. Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas de habilitação e qualificação, durante todo o período deste Contrato resultante deste serviço.

12.1.1.17. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE.

12.1.1.18. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução deste Contrato.

12.1.1.19. Responder, direta ou indiretamente, por quaisquer danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Adjunta de Licitação
Gestão 2025/2028

12.1.1.20. Responsabilizar-se pelas obrigações trabalhistas ou previdenciárias, decorrentes da relação empregatícia entre ela e seus prepostos e empregados que forem designados para a execução do objeto contratado.

12.1.1.21. Será vedada a subcontratação de outra empresa ou o consórcio de empresas para o fornecimento dos serviços contratados.

12.1.1.22. Atender prontamente a quaisquer exigências da administração, inerentes ao objeto do presente Contrato.

12.1.1.23. Prover todos os meios necessários a garantir a plena operacionalidade da entrega dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

12.1.1.24. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

12.1.1.25. Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital, sob pena de rescisão do contrato administrativo.

12.1.1.26. A não entrega do objeto estipulado neste Contrato, incidirá nas sanções administrativas previstas nos art. 155 e 156 da Lei Nº14.133/2021.

12.1.1.27. Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou objeto que possa advir, direta ou indiretamente causado o Município de Colinas do Tocantins, estado do Tocantins, tendo como interveniente a Secretaria Municipal de Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social, ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou propostos.

12.1.1.28. Comunicar imediatamente e por escrito à Secretaria Municipal Assistência Social, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

12.1.1.29. Comunicar a Contratante da modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar inteirada eventuais notificações realizadas no endereço constante neste Contrato.

12.1.1.30. Comunicar ao servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização deste Contrato, por escrito e tão logo constatado, qualquer problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis e necessárias.

12.1.1.31. Consultar e certificar-se com antecedência junto ao (s) seu (s) fornecedor (es), quanto aos prazos de entrega do objeto especificado, não cabendo, portanto, a alegação de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

12.1.1.32. Fornecer, em regime de comodato, todos os equipamentos necessários para a instalação e operação do sistema de Alarme e CFTV, incluindo sensores, câmaras, gravadores, infraestrutura de rede e demais componentes indicados, de forma



completa e funcional, para utilização nas unidades do Fundo Municipal Assistência Social/Secretaria Municipal Assistência Social, sem custos adicionais para o CONTRATANTE.

12.1.1.33. A Contratada deverá manter **serviços de atendimento emergencial 24 (vinte e quatro) horas por dia**, garantindo pronta resposta para qualquer falha, defeito ou necessidade de suporte nos equipamentos e sistemas fornecidos, sem interrupção do monitoramento e da operação dos sistemas de Alarme e CFTV.

12.2. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste Contrato, são obrigações da CONTRATANTE:

12.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as Cláusulas Contratuais e os termos de sua proposta;

12.2.2. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado neste Contrato, em relação à demanda, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF; e

12.2.3. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste Contrato;

12.2.4. Rejeitar os serviços que não atendam aos requisitos constantes das especificações constantes neste Contrato;

12.2.5. Caberá a prática de todos os atos de controle e administração deste Contrato;

12.2.6. Providenciar a assinatura e a publicação deste Contrato;

12.2.7. Gerenciar esta Contrato, acompanhando, gerenciando e fiscalizando sua execução;

12.2.8. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado neste Contrato, em relação à, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF;

12.2.9. Emitir requisição/solicitação de serviços a serem executados;

12.2.10. Receber provisória e definitivamente os serviços solicitados e efetivamente prestados;

12.2.11. Atestar, através de servidor responsável, a (s) Nota (s) fiscal (is) emitidas pela Contratada;

12.2.12. Notificar, formal e tempestivamente a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;

12.2.13. Aplicar as Infrações e Sanções Administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;

12.2.14. Notificar à Contratada da retirada da Nota de Empenho ou outro documento hábil para formalização contratual dos quantitativos solicitados à medida que for necessário.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Adjunta de Licitação
Gestão 2025/2028

12.2.15. Aplicar, a garantia a ampla defesa e o contraditório, as Infrações e Sanções Administrativas decorrentes do descumprimento do pactuado neste Contrato ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

12.2.16 Notificar a Contratada por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

12.2.17. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada deste que não haja impedimento legal para o ato;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL - (Inciso XIX, art.92 da Lei 14.133/2021)

13.1. Este Contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar readequação do cronograma físico – financeiro.

13.2.1. Quando a não conclusão deste contrato referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado.

13.2.1.1. Ficará ele constituído em mora, sendo – lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. Poderá a Administração optar pela extinção deste contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. Este Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei Nº14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei Nº14.133/2021.

13.3.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado Termo Aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O Termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenização e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES (Inciso XIV, art.92 da Lei 14.133/2021)

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) Dar causa à inexecução parcial deste Contrato;



- b) Dar causa à inexecução parcial deste contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total deste contrato;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar este Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Nº12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Contrato e no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021 as seguintes sanções:

14.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei 14.133/2021);

14.2.2. Multa:

14.2.2.1. Para a infração prevista na alínea “a”, a multa será de 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

14.2.2.2. **Moratória** de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

14.2.2.2.1. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. Da Lei Nº14.133/2021.

14.2.2.3. **Compensatório** de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.2.4. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”; “c”, “d”, “e”, “f” “g” e “h” do item 14.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Nº14.133/2021).

14.2.2.5. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens, “a”, e “h” do item 13.1, bem como os subitens “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei Nº14.133/2021).

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 14.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 14.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;



14.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei. (art. 159 da Lei Nº14.133/2021)

14.5. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. (art.160 da Lei Nº14.133/2021)

14.6. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art.161 da Lei Nº14.133/2021)

14.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 Lei Nº14.133/2021.

14.8. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da notificação.

14.9. O Município de Colinas do Tocantins, estado do Tocantins, tendo como interveniente a secretaria municipal de Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social, poderá efetuar a retenção de qualquer pagamento que for devido, para compensação das multas aplicadas, sendo que o valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE respondendo a CONTRATADA pela sua diferença, a qual deverá ser recolhida no prazo de *15 (quinze) dias corridos*, contados de sua notificação oficial quando ocorrer.

14.10. A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na prestação dos serviços for devidamente justificado pela Contratada e aceito pela Contratante que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste Contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUSTENTABILIDADE

16.1. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais, quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento a Instrução



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Adjunta de Licitação
Gestão 2025/2028

Normativa Nº001, 22 de novembro de 2021 de Colinas do Tocantins/TO, a Administração poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, quando couber:

16.1.1. Economia no consumo de água e energia.

16.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

16.1.3. Que os produtos devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

16.1.4. Minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados.

16.1.5. Utilização de produtos reciclados, recicláveis, reutilizáveis, reaproveitáveis ou biodegradáveis compostáveis.

16.1.6. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS (Inciso III, art.92 da Lei 14.133/2021)

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Nº.14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Nº8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO (Art. 94, da Lei nº 14.133/2021)

18.1. Incumbirá a Contratante divulgar o presente Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Nº14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Nº14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei Nº12.527, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto Nº7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO (Art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021)

19.1. As partes elegem o foro da Comarca de Colinas do Tocantins – TO, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS ASSINATURAS

20.1. E por acharem de acordo, as partes assinam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas que igualmente firmam, para qua assim, possa surtir seus regulares efeitos legais.

Local e data.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Adjunta de Licitação
Gestão 2025/2028

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social
VALDIRENE PEREIRA LOPES
CONTRATANTE

[inserir razão social da empresa]
[inserir representante legal da empresa]
CONTRATADA

Testemunhas:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF: